

Anais da Assembléia

CURITIBA, 12 e 13 DE NOVEMBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielese Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Naeli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Naeli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Naeli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Ollavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielese Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Naeli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REBAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielese Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 222.ª Sessão Extraordinária Realizada em 12 de novembro de 1973 (Segunda-Feira)

Presidência do sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Domicio Scaramella.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Jorge Sato — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (47).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,
com a presença de 47 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n.º 237-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 133-72, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Grandes Rios ao Município de Faxinal, passando pela Cidade de Rosário. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 13, terça-feira, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n.º 238-73.

Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 223.ª Sessão Ordinária Realizada em 12 de novembro de 1973 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Domicio Scaramella.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Jorge Sato — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (47).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **S E S S Ã O**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, faleceu em data de hoje nesta Capital o Sr. Bento Munhoz da Rocha Neto, ex-Governador do Estado do Paraná. Diversos Srs. Deputados requereram a suspensão dos trabalhos, como homenagem póstuma àquele eminente paranaense que tanto projetou nosso Estado não só perante a Nação brasileira como também no exterior.

Nestas condições, Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que peça ao Sr. 1.º Secretário que proceda a leitura dos Requerimentos que se acham sobre a Mesa, para que sejam votados prioritariamente. Um de minha autoria, que também prevê a suspensão dos trabalhos, não só legislativos, como também do expediente administrativo, a fim de possibilitar aos Srs. Funcionários que prestem sua última homenagem a esse grande cidadão que tanto dignificou a Pátria brasileira.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere a questão de ordem do ilustre Deputado Erondy Silvério e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a leitura dos Requerimentos que se encontram sobre a Mesa.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, nos termos regimentais, requer a suspensão dos trabalhos da presente Sessão e do expediente administrativo, como homenagem à memória do ilustre homem público paranaense e expoente da cultura e das virtudes cristãs, Professor Bento Munhoz da Rocha Neto, cujo passamento se deu na madrugada de hoje, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1973.

(a) — **Erondy Silvério**

P.S. Apoiamento da Bancada da Arena.

(a) — **Ivo Thomazoni**

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

A Bancada do MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, regimentalmente, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a suspensão dos trabalhos da Sessão de hoje e do expediente desta Assembléia em face do lamentável falecimento do Professor Bento Munhoz da Rocha Neto, ex-Governador do Estado do Paraná e ex-candidato pelo Partido Trabalhista Brasileiro ao Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1973.

(aa) — **Maurício Fruet**
Nelson Buffara

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Paraná perde hoje um grande homem: Bento Munhoz da Rocha Neto, político na acepção elevada do termo.

Professor, talvez por isto, colocou em todas as suas atividades, como político, como chefe de executivo, como parlamentar, como conferencista os ensinamentos do bem, da moral, da honestidade. Com essa qualidade dignificou a função pública. Desprezou sempre o carreirismo a capoeiragem, no campo da política, para impor a sua personalidade, caracterizada pela retidão de caráter bem formado.

Hoje é um dia de luto para o nosso Estado. Daí, porque requeremos, após ouvido o Plenário, a suspensão dos trabalhos legislativos e a designação de uma Comissão de Deputados das duas Bancadas, para representar o Legislativo Estadual nas derradeiras homenagens que se prestam a Bento Munhoz da Rocha Neto, cujo nome continuará ser uma bandeira dos grandes ideais.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1973.

(aa) **Antônio Lopes Júnior**
Igo Losso
Domicio Scaramella

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, havia redigido um Requerimento, também, solicitando a suspensão dos trabalhos da Sessão de hoje, considerando o infausto passamento do Exmo. Sr. Professor Bento Munhoz da Rocha Neto. Todavia, não dei entrada, porquanto outros Deputados da nossa Bancada apresentaram Requerimento com idêntica medida.

Como vejo que o Movimento Democrático Brasileiro apresentou Requerimento, que foi lido neste instante, consulto aos nobres Deputados da Arena subscritores de Requerimentos desta natureza, se estes poderiam ser transformados como se fossem da Bancada da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, da minha parte retiro meu Requerimento, apenas solicito que a Bancada requiera também a suspensão do expediente administrativo.

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, com apoioamento da Bancada da Aliança Renovadora Nacional assinado pelo Deputado Ivo Thomazoni. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Antônio Lopes Júnior, Igo Losso e Domicio Scaramella. Em discussão.

O SR. NELSON BUFFARA — (Pela ordem). Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para aduzir o meu profundo voto de pesar e da cidade de Paranaguá, onde nasceu Bento Munhoz da Rocha Neto, um dos mais ilustres filhos daquela terra litorânea. Tomei a liberdade de assinar, com o Deputado Mauricio Fruet, Líder da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, o Requerimento solicitando voto de pesar pelo falecimento de Bento Munhoz da Rocha Neto. Queria dizer aqui o profundo pesar que sente, além de todo o Estado e do Brasil, a cidade de Paranaguá berço natal do ilustre homem que hoje deixa este mundo.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento do Sr. Deputado Mauricio Fruet, Líder do MDB e Sr. Nelson Buffara.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê Requerimento sobre suspensão dos trabalhos em virtude do falecimento do Professor Bento Munhoz da Rocha Neto)

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência solicita dos Srs. Líderes de

Bancada que façam a indicação dos Deputados que integrarão a Comissão que representará esta Assembléia nos funerais do Professor Bento Munhoz da Rocha Neto.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente. É difícil pretender indicar 4 ou 5 nomes dos Srs. Deputados para representarem a nossa Bancada nas homenagens póstumas a S. Exa. o Professor Bento Munhoz da Rocha Neto, ex-Governador do nosso Estado. Quero crer que seria mais justo que os Srs. Deputados na sua totalidade, ou aqueles que puderem, ou desejarem, comparecer às últimas homenagens que a ele serão prestadas que compareçam. Tenho certeza que ninguém haverá de se furtar da oportunidade de hoje homenagear aquele que em vida foi o exemplo de dignidade administrativa.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente. Nos mesmos termos da manifestação do Sr. Líder do Governo, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, indico à Mesa e afirmo a V. Exa. que toda a Bancada do MDB estará presente às cerimônias fúnebres do ilustre paranaense hoje desaparecido, diante das manifestações dos dois Líderes de Bancada, tanto da Arena como do MDB.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa convida todos os Srs. Deputados que integram esta Casa para representá-la nos funerais do professor Bento Munhoz da Rocha Neto.

Fica suspensa a presente Sessão e marcada outra para amanhã à Hora Regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, mais o Projeto de Lei n.º 213-73. Está encerrada a Sessão.

Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 224.ª Sessão Extraordinária
Realizada em 13 de novembro de 1973
(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Marciano Baraniuk e Domicio Scaramella.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: — João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíselo Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (47).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Votos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 47 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 239-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 170-72, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual na sede do Distrito de Vila Yolande, Município de Ubitatã. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 14, quarta-feira, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:
DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 240-73.
Levanta-se e Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 225.ª Sessão Ordinária
Realizada em 13 de novembro de 1973
(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Rosário Pitelli — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíselo Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (47).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE:**

MENSAGENS:

MENSAGEM 59-73 Curitiba, 26 de outubro de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Pérola D'Oeste e Pirai do Sul, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telegrafia nos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMLÍO GOMES
Governador do Estado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste, com a finalidade de realizar a implantação do complexo de radiocomunicação integrado, auxiliando assim, a Polícia Judiciária, através de provimento e infra-estrutura complementar da Polícia Civil.

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presente o Senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Henrique Bertholdo Berti, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, resolveram mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA

A Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste, consoante a autorização outorgada pela Lei Municipal n.º 17-73 de 15 de agosto de 1973, para a implantação de um complexo de radiocomunicação de fonia e telegrafia no Município, dotará a Delegacia de Polícia local, Sub-Delegacias dos Distritos Judiciários de Jurisdição do Município, e respectivos veículos de instalações dos serviços de radiofonia e telegrafia, cujas especificações e taxas serão objetos de exame e indicação por grupo presidido pelo Assistente Técnico em Eletrônica e Telecomunicações do Gabinete do SESP.

CLAUSULA SEGUNDA

Os aparelhos a serem fornecidos pela Prefeitura Municipal, passarão a fazer parte do patrimônio da Polícia Civil, órgão da Secretaria de Segurança Pública, sendo um para a sede do Município e tantos quantos necessário forem para completar as Sub-Delegacias de Polícia no Interior do Município, podendo também fornecer rádios móveis para uso nos veículos da Polícia Judiciária.

CLAUSULA TERCEIRA

Caberá à Polícia Civil, da SESP, fornecer o pessoal especializado para a manutenção e operação dos serviços de rádio.

CLAUSULA QUARTA

O Serviço de Radiocomunicação servirá para fins normais de comunicação entre a Delegacia de Polícia local, com sede na Subdivisão Policial, e outras Delegacias, ou demais órgãos públicos, entre aquele órgão e veículos da Polícia Judiciária.

CLAUSULA QUINTA

A Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste, terá acesso ao uso do serviço de rádio, nas eventuais necessidades administrativas, bem como, será utilizado para a municipalidade, em caso de calamidade pública, catástrofe, doença ou qualquer emergência.

CLAUSULA SEXTA

Os aparelhos tratados neste ajuste, serão instalados na Delegacia de Polícia, Sub-Delegacia e respectivas viaturas pertencentes a esses órgãos e não poderão ser retirados sob nenhum pretexto do Município para serem instalados em outras localidades ou utilizados em finalidades diversas da prevista no presente convênio.

CLAUSULA SETIMA

Este convênio entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, e terá prazo indeterminado, quanto aos objetivos a serem alcançados, serão desenvolvidos em programação a curto prazo, médio e longo prazo.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes, firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos jurídicos e legais.

Curitiba, 20 de setembro de 1973

Mario Carneiro Portes — Secretário de Segurança
Henrique Bertholdo Berti — Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste
José Maria do Nascimento — Testemunha
Eraylton Moreschi — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI DO SUL

CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Pirai do Sul, com a finalidade de realizar a implantação do complexo de radiocomunicação integrado, auxiliando assim, a Polícia Judiciária, através de provimento e infra-estrutura complementar da Polícia Civil.

Aos 04 dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presente o Senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Samuel Milléo, Prefeito Municipal de Pirai do Sul, resolveram mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA:

A Prefeitura Municipal de Pirai do Sul, consoante a autorização outorgada pela Lei Municipal n.º 353, datada de 03.09.1973, para a implantação de um complexo de radiocomunicação de fonia e telegrafia no Município, dotará a Delegacia de Polícia local, Sub-Delegacia dos Distritos Judiciários de Jurisdição do Município, e respectivos veículos, de instalações dos serviços de radiofonia e telegrafia, cujas especificações e tipos serão objeto de exame e indicação por grupo presidido pelo Assistente Técnico em eletrônica e Telecomunicações do Gabinete da SESP;

CLAUSULA SEGUNDA:

Os aparelhos a serem fornecidos pela Prefeitura Municipal, passarão a fazer do patrimônio da Polícia Civil, órgão da Secretaria de Segurança Pública, sendo um para a sede do Município e tantos quantos necessários forem para completar as Sub-Delegacias de Polícia no interior do Município, podendo também fornecer rádios móveis para uso nos veículos da Polícia Judiciária;

CLAUSULA TERCEIRA:

Caberá à Polícia Civil, da SESP., fornecer o pessoal especializado para manutenção e operação dos serviços de rádio;

CLAUSULA QUARTA:

O Serviço de Radiocomunicação servirá para fins normais de comunicação entre a Delegacia de Polícia local, com a sede da Sub-divisão Policial, e outras Delegacias ou demais órgãos públicos, entre aquele órgão e veículos da Polícia Judiciária;

CLAUSULA QUINTA:

A Prefeitura Municipal de Pirai do Sul, terá acesso ao uso do serviço de rádio, nas eventuais necessidades administrativas, bem como, será utilizado para a municipalidade, em caso de calamidade pública, catástrofe, doença ou qualquer emergência;

CLAUSULA SEXTA:

Os aparelhos tratados neste ajuste, serão instalados na Delegacia de Polícia, Sub-Delegacias e respectivas viaturas pertencentes a esses órgãos, e não poderão ser retirados sob nenhum pretexto, do Município para serem instalados em outras localidades ou utilizados em finalidade diversa da prevista no presente convênio;

CLAUSULA SETIMA:

Este convênio entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, e terá prazo indeterminado, quanto aos objetivos a serem alcançados, serão desenvolvidos em programação a curto prazo, médio e longo prazo.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes, firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos jurídicos e legais.

Curitiba, 04 de setembro de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança

Samuel Milão — Prefeito Municipal de Pirai do Sul

José Maria do Nascimento — Testemunha

Erayton Moreschi — Testemunha

A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM

102/73

Curitiba, 6 de novembro de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 28 de abril de 1973, entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Fundamental, a Secretaria de Educação e Cultura e o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, para Assistência Técnica aos Sistemas de Ensino e Planejamento Educacional.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado

Convênio celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Fundamental, a Secretaria de Educação e Cultura e o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, para Assistência Técnica aos Sistemas de Ensino e Planejamento Educacional.

Aos 25 dias do mês de abril do ano de 1973 (mil novecentos e setenta e três), no Gabinete da Diretoria Geral do Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura, presentes a sua titular, Prossora Eurides Brito da Silva, o Sr. Secretário da Educação e Cultura do Estado do Paraná e o Sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná foi celebrado o presente Convênio de Ensino e Planejamento Educacional, no exercício de 1973, objetivando a manutenção adequada de serviços técnicos para a implantação, expansão e melhoria do ensino de primeiro grau.

O Ministério da Educação e Cultura, representado pelo Departamento de Ensino Fundamental, daqui por diante será denominado Departamento, Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Paraná, daqui por diante será denominado Secretaria, e o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, daqui por diante será denominada Conselho, para efeito do presente Convênio, que será regido pelas seguintes Cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA

O presente Convênio tem por fim dar cumprimento ao artigo 57 e seu parágrafo único, da Lei n.º 5.692, de 11-8-1971, para o que serão mantidos /ou ampliados serviços técnicos de planejamento e administração educacional incumbidos de elaborar planos integrados de educação, nos quais estão compreendidos projetos para implantação do ensino de primeiro grau e sua melhoria, acompanhamento da execução e avaliação de seus resultados

CLAUSULA SEGUNDA

A Secretaria, através dos serviços técnicos, incumbem realizar as atividades relacionadas na Cláusula Quarta deste Convênio.

CLAUSULA TERCEIRA

O Departamento compromete-se a:

1) Prestar assistência às atividades técnicas referidas neste Convênio inclusive a de elaboração de programas e projetos que, integrados nos Planos Estaduais, possam atender às exigências de órgãos de financiamentos nacionais e internacionais;

2) Recomendar, por sugestão das demais partes convenientes, os educadores que receberão bolsas de estudos oferecidas no Brasil e no exterior;

3) Designar assessor técnico que dará assistência e orientação aos órgãos próprios do Estado na medida do que for julgado necessário ou for solicitado.

CLAUSULA QUARTA

Para consecução do objeto deste Convênio, a Secretaria assume os seguintes compromissos:

1) Diagnosticar a situação educacional Global do Estado;

2) Elaborar projetos, convenientemente detalhados e compatibilizados entre si, para a implantação, expansão e melhoria do ensino de primeiro grau;

3) Propor mecanismos operacionais para melhor implantação dos projetos;

4) Sugerir mudanças na estrutura administrativa da Secretaria, na legislação e alocação de recursos financeiros que facilitem ou permitam a execução da programação elaborada;

5) Promover entrosamento com o Conselho de Educação nas tarefas diretas ou indiretamente ligadas ao planejamento, em particular na área do ensino de primeiro grau;

6) Sugerir soluções e medidas de ordem legal que permitam a melhor articulação entre os diferentes níveis de ensino e Agências Educacionais, visando à instituição do processo de planejamento integral da educação;

7) Proporcionar local e instalações adequadas para o funcionamento dos serviços técnicos a que faz referência este Convênio;

8) Colocar à disposição dos serviços técnicos, mencionados na Cláusula Segunda, o pessoal técnico e administrativo indispensável ao cumprimento do plano de trabalho e respectivo cronograma;

9) Promover, no prazo deste Convênio, a criação de uma Assessoria Técnica de Planejamento, de modo a garantir a continuidade do processo de planejamento.

CLAUSULA QUINTA

O pessoal que for contratado pela Secretaria, para trabalhos da natureza técnica ou administrativa, relativos à execução dos termos deste Convênio não terá vínculo empregatício com o Governo Federal.

CLAUSULA SEXTA

O pessoal técnico necessário ao cumprimento das obrigações previstas neste Convênio será designado pelo Secretário da Educação e Cultura.

CLAUSULA SETIMA

A Secretaria se compromete a promover a integração dos órgãos planejadores com os órgãos executores, a fim de que sejam atingidas as metas previstas nos projetos.

CLAUSULA OITAVA

O presente Convênio terá a duração de 12 meses, a partir de 25 de abril de 1973.

CLAUSULA NONA

As dúvidas que surgirem na aplicação deste Convênio serão dirimidas pela Diretora do Departamento.

CLAUSULA DÉCIMA

O presente Convênio poderá ser rescindido independentemente de interposição judicial ou extra-judicial no caso de infração de qualquer de suas cláusulas.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Fica estabelecida a possibilidade de futuros termos aditivos a este Convênio, mediante acordo das partes convenientes.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente Convênio deverá ser publicado no Diário Oficial da União e/ou Órgão Oficial do Estado.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Os convenientes elegem o foro da Capital da República para as questões jurídicas oriundas, do presente Convênio.

E por estarem acordes, lavra-se este Convênio, que vai assinado pelas partes interessadas e pelas testemunhas abaixo.

Brasília, 25 de abril de 1973.

EURIDES BRITO DA SILVA — Diretora Geral do Departamento de Ensino Fundamental

CANDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA — Secretário de Educação e Cultura

OSVALDO ARNS — Presidente do Conselho Estadual de Educação em exercício.

as. ilegível — Testemunha

as. ilegível — Testemunha

A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 103-73

Curitiba, 6 de novembro de 1973.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer o índice percentual de participação na arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias — ICM, pelo Município de Francisco Alves, criado pelas Leis 6.314, de 24 de agosto de 1972 e 6.324, de 27 de outubro do mesmo ano.

A inclusa cópia autêntica do Ofício n.º 636-73, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, diz com o devido detalhamento, sobre a alta significação e oportunidade da medida legal ora submetida a essa Augusta Casa de Leis.

Certo de que o Plano de Lei proposto a essa Colenda Casa, merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica estabelecido que o índice percentual de participação do Município de Francisco Alves (criado pela lei n.º 6.314, de 24.08.72), no produto da arrecadação do Imposto relativo à Circulação de Mercadorias, para o exercício de 1974 é de 18.387,716% (dezoito inteiros, trezentos e oitenta e sete, setecentos e dezesseis milonésimos por cento), do valor adicionado médio total estabelecido para o Município de Iporã, conforme Decreto 4.219, de 27 de agosto de 1973, publicado no Diário Oficial do Estado sob n.º 124.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Of. n.º 636-73

Curitiba, 19 de outubro de 1973

Senhor Governador:

Tenho a honra de submeter a elevada consideração de Vossa Excelência, o incluso anteprojeto de lei, que visa estabelecer o índice percentual de participação do Município de Francisco Alves, no produto da arrecadação do Imposto relativo à Circulação de Mercadorias, — ICM, para o exercício de 1974.

Através de levantamentos e estudos elaborados por esta Pasta (cópia anexa) baseados nos critérios contidos no Decreto-Lei federal 1216-72, que determina, sejam, os índices de participação dos municípios, fixados na proporção do valor adicionado nas operações de circulação de mercadorias realizadas no território de cada Município, foi possível estabelecer um coeficiente ao Município de Francisco Alves. Tal coeficiente foi estimado com base em dados que serviram para a fixação do índice do Município de Iporã, conforme decreto-lei n.º 4.219 de 27.08.73.

Concluiu-se que o valor adicionado médio total (1971-1972), estimado para o Município de Francisco Alves foi da ordem de Cr\$ 20.904.663,00; correspondendo a 18.387,716% do valor adicionado médio total do município de Iporã, que segundo dados coletados neste Município, apresentou um total de Cr\$ 113.688.197,00.

Consequentemente, para composição do índice do Município de Francisco Alves, se faz necessário que seja deduzido 18.387,716% do valor adicionado médio total do Município de Iporã.

Por outro lado tendo em vista que a lei n.º 6.314-72; ao criar o município de Francisco Alves por lapso, não estabeleceu o índice percentual de participação do novo município no ICM, capacidade esta, atribuída ao Poder Legislativo pelo § 4.º do artigo 2.º do Decreto-Lei Federal n.º 1216-72; sugiro que através de um aditivo a lei acima mencionada, seja estabelecido o coeficiente de participação do Município de Francisco Alves, conforme modelo anexo.

Sem mais aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência nossos protestos de estima e elevada consideração.

(a) MAURICIO SCHULMAN — Secretário da Fazenda

Senhor Secretário:

Em face do estatuído na lei n.º 6.314 de 24.8.72, que determinou a criação do Município de Francisco Alves, composto dos distritos de Francisco Alves e Rio Borito desmembrados do Município de Iporã, e,

Considerando que o Tribunal Regional Eleitoral no Estado do Paraná, estabeleceu através do Acórdão n.º 12.265, de 10.5.73, eleições para o dia 15 de novembro do corrente ano, para composição do executivo e legislativo daquele Município, e

Considerando que aquele Município deverá ser instalado, com a posse do Prefeito, vice-prefeito e vereadores, no próximo mês de janeiro de 1974, se faz necessário que esta Pasta elabore para o novo Município, o seu coeficiente de participação no produto da arrecadação do Imposto relativo à Circulação de Mercadorias — ICM, para o exercício de 1974; uma vez que a lei epígrafa foi omissa ao não estabelecer o quanto de participação que competirá àquele Município na distribuição deste tributo — Parágrafo 4.º do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1216 de 9.06.72.

"A lei estadual que cria Município novo determinará em que proporção no índice percentual do Município ou municípios que sofreram desmembramento, será atribuído ao Município que for criado; a proporção será mantida até que o Estado possa determinar o índice percentual do Município novo, na forma deste Decreto-Lei".

Desta forma, em face da inexistência de documentos que possibilite estabelecer um índice calculado com base em dados reais; comumente são os levantamentos do valor adicionado para elaboração dos índices dos demais Municípios de nosso Estado. Esta Assessoria através de projeções extraídas das apropriações dos elementos básicos que serviram para confeccionar o índice do Município de Iporã (valor adicionado 1971-1972), sugere que o índice para 1974 do Município de Francisco Alves seja fixado, obedecendo, em tese, as mesmas normas estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 1.216-72.

Art. 1.º "Do produto da arrecadação do imposto sobre a circulação de mercadorias, oitenta por cento (80%) constituem receita dos Estados e vinte (20%), dos Municípios. As parcelas pertencentes aos Municípios serão creditadas em contas especiais, abertas em estabelecimentos oficiais de crédito e entregues, segundo o disposto neste Decreto-Lei, na proporção do valor adicionado nas operações de circulação de mercadorias, realizadas no território de cada Município".

Art. 2.º "Para efeito da entrega das parcelas de um determinado ano, o Estado fará publicar, no seu órgão oficial, até o dia 30 de junho do ano anterior o valor adicionado ocorrido em cada Município e os índices percentuais a que alude o artigo 1.º, baseado no valor adicionado nos dois anos civis imediatamente anteriores".

1. VALOR ADICIONADO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA — 1971-1972

Município	Ano	Valor Adicionado
Francisco Alves	1971	Cr\$ 1.035.055,00
	1972	Cr\$ 1.947.536,00

Fonte: Secretaria da Fazenda — (Valor adicionado 71-72 Básico P/Elaboração Índice Participação Municípios P/1974).

Esta Assessoria através da 11.ª Delegacia Regional da Fazenda, sediada em Cruzeiro do Oeste, efetuou recentemente levantamento dos contribuintes inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado, existente na região de Francisco Alves, possibilitando calcular o Valor Adicionado do Comércio e Indústria de 1971 e 1972, para o município de Francisco Alves, cujo valor, Cr\$ 2.982.591,00 será deduzido do valor adicionado do Comércio e Indústria do município de Iporã.

2. ÁREA DOS MUNICÍPIOS EM KM2

Município	Área km2	% Fco. Alves
Iporã	1.325.441	
Fco. Alves	277.859	20,96

Fonte: Fundação Instituto de Terras e Cartografia — (Of. 587-73).

20,96% representa a área do Município de Francisco Alves, em relação ao Município de Iporã.

Para se obter o valor adicionado nas operações realizadas por produtores primários efetuou-se uma estimativa com base na proporção territorial de Francisco Alves, em relação à do Município de Iporã. Considerando-se assim, que o nível de atividade econômica na produção primária seja exercida de forma homogênea na área compreendida pelos dois municípios.

A proporção da área de Francisco Alves 20,96% em relação à antiga área de Iporã, foi aplicada sobre o valor adicionado deste setor fixado para Iporã, obtendo-se dessa forma, o valor que seria o correspondente a Francisco Alves.

3. VALOR ADICIONADO DA PRODUÇÃO PRIMÁRIA — 1971-1972

Município	Ano	Valor Adicionado	Município	Ano	V. Adicionado 20,96% da área de Iporã.
Iporã	1971	Cr\$ 36.458.773,00	Fco. Alves	1971	Cr\$ 7.641.759,00
	1972	Cr\$ 49.047.293,00		1972	Cr\$ 10.280.313,00

4. VALOR ADICIONADO TOTAL DE FRANCISCO ALVES

Município	Ano	V. A. Com. Ind.	V. A. Prod. Primário	V. A. Total
Fco. Alves	1971	Cr\$ 1.035.055,00	Cr\$ 7.641.759,00	Cr\$ 8.676.814,00
	1972	Cr\$ 1.947.536,00	Cr\$ 10.280.313,00	Cr\$ 12.227.849,00
Totais		Cr\$ 2.982.591,00	Cr\$ 17.922.072,00	Cr\$ 20.904.663,00

Através das estimativas apresentadas concluiu-se que Cr\$ 20.904.663,00 é o valor adicionado médio total (1971-1972), calculado para o Município de Francisco Alves, que representa 18.387,716% do valor adicionado médio total de Cr\$ 113.688.197,00, calculado para o município de Iporã, para o exercício de 1974 conforme decreto n.º 4.219 de 27.08.1973.

Uma vez estabelecido, que o valor adicionado do Município de Francisco Alves é de Cr\$ 20.904.663,00; representando 18,387,716% do valor adicionado do município de Iporã, que é de Cr\$ 113.688.197,00; que corresponde a um índice de participação de 0,0052909053; resulta, através dos cálculos efetuados os seguintes índices:

Iporã	0,004251577
Francisco Alves	0,000957826

Dentro desta sistemática e considerando a previsão estabelecida por esta Pasta, Cr\$ 450.575.000,00; de 20% do produto da arrecadação do ICM, a ser entregue aos municípios paranaenses em 1974, é previsto uma participação para o município de Francisco Alves de Cr\$ 431.572,00, enquanto o de Iporã, será de Cr\$ 1.915.497,00.

Quanto a forma legal, para o estabelecimento do coeficiente do Município de Francisco Alves, para o exercício de 1974, seja o mesmo fixado através de um aditivo a lei n.º 6.314 de 24.08.72 que ao criar o Município em questão não determinou em que proporção seria o índice percentual do novo Município. Suprimindo assim o lapso ocorrido pelo legislador e cumprindo desta forma o disposto no Decreto-Lei 1216-72 já citado na inicial.

Assessoria Econômica da Secretaria da Fazenda, em 19 de outubro de 1973

A Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

- de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para as Proposições n.ºs 238-73, 242-73 e 253-73.
- de autoria do Senhor Deputado Borsari Neto, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 249-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais: Em consequência de violento e trágico acidente automobilístico, ocorrido na BR-277, às 20.00 horas do dia 11 do corrente mês, proximidades da cidade de Ponta Grossa, vieram a falecer instantaneamente, a Senhora Yeda Baggio Mayer, esposa do cidadão Gilberto Mayer, a Senhora Olivia Kucinski, esposa do cidadão Antonio Kucinski e o casal Hermes e Norma Vessaro, todos da cidade de Cascavel, os quais se dirigiam a esta Capital para os funerais de pessoa amiga.

Constatou-se que a tragédia foi consequência de ato criminoso de indivíduos que ocupavam um carro Simca, dirigido completamente embriagado em via de tão intenso trânsito.

A cidade de Cascavel, como toda a Região oeste, ainda está vivendo momentos de violenta e indiscriminada comoção, dado as proporções da tragédia e grande conceito das famílias enlutadas, por tudo isto.

Ao mesmo tempo que manifestamos nosso mais veemente repúdio a tão insidiosos procedimentos de indivíduos irresponsáveis, requeremos, seja votado por esta Colenda Casa um voto de profundo pesar pelo prematuro desaparecimento de tão queridas e dignas criaturas.

Outrossim, requer seja dada ciência às famílias enlutadas, bem como ao Lions Club e Associação Comercial e Industrial, todos da Cidade de Cascavel. Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1973.

(a) — Iris Caldart.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de regozijo ao Senhor Alpheu M. Cavalcanti Filho, pela publicação do "O que é que Há" Roteiro da Semana", com distribuição gratuita em que presta relevante serviço de utilidade pública através de inúmeras informações de interesse da coletividade.

Outrossim, requer ainda, aprovado o presente dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado à rua São Francisco, 49 — nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1973.

(a) Maurício Fruet

Senhor Presidente:

(a) Gabriel Manoel

Requerimento

Senhor Presidente

Considerando:

(a) — Mauricio Fruet.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 270-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1973.

(a) Gabriel Manoel

JUSTIFICATIVA:

Preenchendo todos os requisitos da lei pertinente à matéria, está portanto em condições de receber o necessário apoio e posterior aprovação da Casa.

PROJETO DE LEI N.º 271-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Sala das Sessões em 13 de novembro de 1973.

(a) Wilson Fortes

Governador, nunca deixou de ser Professor. O sábio não esqueceu a necessidade de olhar o homem simples. Ao lado das obras em prol do culto à ciência, à arte e ao livro, percebe que o amanhã basear-se-á em cifras frias e estatísticas, esquecendo muitas vezes o homem. Seu humanismo, pautado na escolástica, sem desprezar a moderna filosofia, Bento tenta conciliar os dois extremos: funda a Biblioteca e cria a Copel; constrói o Centro Cívico e compra a grega os intelectuais no Círculo de Estudos Bandeirantes; planeja um Paraná

PROJETO DE LEI N.º 272-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1973

(a) — Antônio Lopes Júnior

JUSTIFICATIVA:

O SR. PRESIDENTE — Finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

Presidente e Srs. Deputados

Enlutado, como o Paraná, encontro-me na Tribuna para reverenciar, em breves e descoloridas palavras, uma das figuras humanas e políticas mais ilustres do nosso Estado.

Marejada de lágrimas está a nossa Unidade Federativa e sua gente toda, porque desapareceu um homem público que acreditou em seu Estado, até às entranhas.

Disse Bento Munhoz da Rocha Neto, textualmente:

"Tenho consciência da grandeza do Paraná, sinto a trepidação do seu desenvolvimento, sinto, melhor do que ninguém, suas deficiências, sinto o bossoligantismo, o nosso crescimento rápido demais. O que se fizer no Paraná deve ser feito em escala grande, ou então não ser feito; fazer com timidez, fazer com acanhamento, fazer com mediocridade será um crime contra o Paraná. A nossa geração cabe essa missão de realizar para o futuro!".

Bento Munhoz da Rocha Neto proferiu estas palavras, num discurso pronunciado em Ponta Grossa nos idos de 1953.

Reverência, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o apagar-se de um Líder que fez da tribuna uma cátedra de lição de civismo. O Brasil perde um democrata; quer no exercício administrativo, quer ocupando postos representativos, Bento Munhoz da Rocha Neto sempre soube conciliar os altos interesses da nacionalidade e jamais ceder posições às suas convicções cristãs.

Mesmo longe das lides políticas nunca deixou de fazer valer sua voz e sua pena nos momentos mais críticos da Pátria.

Bento Munhoz da Rocha Neto sempre esteve alerta — aconselhou, pregou nas cátedras, nos auditórios seietos, nas reuniões de lideranças a brasilidade e os valores latinos. Lamenta o Paraná e o Brasil a luz de sua inteligência que se extingue prematuramente. É uma perda sem par para todos aqueles que cultivam os valores humanos. Bento Munhoz da Rocha Neto, galgou os postos que muitos aspiram, sempre com a mesma humildade, com a mesma simplicidade. Disse ele, num daqueles pronunciamentos que certamente ficarão para a História: "O que mais eu admiro em todos os homens é a grandeza humana. Há homens medíocres que, entretanto, tem grandeza humana. Há operários sem instrução, mesmo iletrados, que tem grandeza humana. Há homens cultos, há ~~h~~omens poderosos, homens que carregam uma larga experiência e no entanto não tem grandeza humana".

Cobre-se de luto o Estado porque desaparece a figura que nos auge das maiores crises era um homem de fé. As geadas abalaram com a economia do Estado, destruindo de dia para a noite, o "ouro verde" das terras roxas do Norte paranaense. Bento no Governo não titubeia, não desfalce em sua fé e afirma categoricamente que "aqui se acredita no amanhã do Brasil" e num gesto quase profético lança o Slogan: "Pão do Paraná para o Brasil". Esse quase sonho hoje, torna-se realidade, exatamente quando as terras por ele chamadas de "bandeirantismo do Oeste" convertem-se num celeiro para alimentar os paranaenses e brasileiros. Chora a cultura, a morte do seu tutor defensor e cultor. Ele soube valorizar a cultura paranaista, sua história construída pelo caboclo e pelo homem loiro que no minifúndio, no barbaquá, nas serrarias, implantava a nova civilização que posteriormente congregou brasileiros de todos os quadrantes, para a construção do ciclo do café. Ele acreditou na cultura e por tê-lo crido legou ao Paraná a Biblioteca Iniciou o Teatro Guaíra e, principalmente propagou pelo Brasil e pelo mundo a tese de que o Paraná é a miniatura do Brasil, onde brasileiros do Norte, do Sul e gente do exterior vivem e convivem com o ideal de trabalho e ordem. Essa aculturação e essa convivência harmoniosa eram as teses em que o Professor se deleitava em suas palestras e defendia em seus trabalhos científicos.

Tomista em seus pontos de vista filosóficos, cristão profundo trouxe notável contribuição nos seus trabalhos na Associação dos Filósofos Cristãos do Brasil e autou, com brilho, em congressos de sociologia no País e no Exterior. Sua presença em movimentos de natureza cultural era imprescindível e todos se orgulhavam de tê-lo como membro.

Lastimam seu desaparecimento os alunos, hoje em postos de destaque que aprenderam lições de ciência e civismo, de humildade e de trabalho, de devo-tamento à causa pública e de veneração por todos os valores verdadeiramente humanos. A todos Bento transmitiu a lição de vida, de fé em tudo que é humano, da confiança perante o futuro e na esperança de uma sociedade melhor e mais feliz. O seu otimismo, acompanhou-o em todos os momentos, quer como mestre na escola de engenharia, ou Filosofia, quer como Governador, quer como Ministro ou Parlamentar, ou nas suas atividades literárias e de conferencista. Sempre transmitiu o otimismo diante dos mais seletos audi-tórios.

Bento Munhoz da Rocha Neto, enlutada está a Assembléia Legislativa, cuja Tribuna ouviu tantas lições de civismo e patriotismo. Rendem os representantes do povo a homenagem àquele que propugnou o progresso, tributou o respeito ao legislador, enalteceu a representatividade popular, propugnou pelo desenvolvimento integral de todos os cidadãos que aqui vieram para, no trabalho e na ordem, conquistar o pão para si e para o Brasil. Rende-lhe a homenagem, no dia em que se cala sua voz, em que silencia sua pena, em que se esvazia sua cátedra, em que fenece sua liderança. Todavia, não é preito de um adeus porque homenagens póstumas não podem ser prestadas a quem se identificou com um povo, a quem conquistou uma cadeira vitalícia na História paranaense, quem viverá pelos escritos, pelo Centro Cívico — uma antevisão do Paraná do Futuro e quem se inscreveu nos corações de seus alunos e discípulos.

A fé que Bento demonstrou seja diretriz. A Esperança, o nosso estímulo. As lições, o nosso legado. A cultura, que ele cultivou, o êmulo para seguir as pegadas. A valoração do humano, a lição a aprendermos em nossa atuação. A humildade, a virtude a imitarmos. A sua vida, o exemplo a trilharmos, estejamos em postos de mando, ou longe das lutas políticas. Bento Munhoz da Rocha Neto, no instante em que deixas o nosso convívio, seja esta despretençiosa manifestação, o nosso preito de admiração e a nossa manifestação de gratidão pelos exemplos legados.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 249-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 94-73, encaminhando anteprojeto de Lei no qual solicita autorização para contrair empréstimos, dar garantia, fiança ou aval aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) ou pelos Órgãos da Administração Direta e Indireta, Bancos, ou Sociedades de Economia Mista conforme específica. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 233-73, de autoria do Poder Exe-

cutivo, Mensagem n.º 87-73, encaminhando anteprojeto de Lei, solicitando autorização para contrair empréstimos com a Caixa Econômica Federal C.E.F. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 244-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 86-73, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre a inclusão em futuros orçamentos, dos recursos orçamentários que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 224-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 83-73, encaminhando anteprojeto de Lei de Orçamento para o Exercício Financeiro de 1974. — Com parecer da Comissão de Orçamento. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento das Senhoras Yeda Baggio Mayer, Olivia Kucinski e o casal Hermes e Norma Vessaro, todos da cidade de Cascavel, vítimas de lamentável acidente. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 240-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para as Proposições n.ºs. 238-73, 242-73 e 253-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário de Segurança, no sentido de que sejam tomadas medidas, a fim de coibir o abuso das transações de ingresso por cambistas, à porta do Estádio Belfort Duarte. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente, ao Sr. Governador do Estado, bem como ao Sr. Secretário dos Transportes, congratulando-se pela iniciativa de realizar a Concorrência para execução de serviços rodoviários de terraplanagem e pavimentação a diversos trechos rodoviários. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao Sr. Alpheu M. Cavalcanti Filho, pela publicação do "O que é Que Há" — Roteiro da Semana", com distribuição gratuita em que presta relevantes serviços de utilidade pública, através de informações de interesse da coletividade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, quarta-feira à Hora Regimental com a seguinte

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 233-73 e 244-73

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 154-73 174-73 e 173-73.

Levanta-se a Sessão.